

empresas beneficiadas das desonerações não podem ser colocadas aqui a público? Não pode ir a público, então pode para o Tribunal de Contas; então pode para a Comissão de Finanças desta Casa; então pode para quem fiscaliza esse governo.

E aí o discurso fácil de que nós estamos preocupados. Não estamos preocupados; nós precisamos olhar de fato com o que o governo está preocupado. Até agora me parece que está preocupado com eleições, o que, na minha opinião, é um equívoco. Nós devíamos estar preocupados em comprar vacina, em ampliar a testagem no estado, em ter medidas concretas de proteção às pessoas.

A gente tem percebido que muita gente continua saindo sem máscara, se aglomerando e isso é um problema gravíssimo. E uma outra questão que eu queria colocar aqui que eu acho que vale a pena a gente ficar atento.

A LDO traz uma informação importante, porque ela está dizendo que os recursos na LOA, na Lei Orçamentária de 2020, eles vão depender de aprovação de medidas tributárias que devem ser enviadas a Assembleia Legislativa.

Vou deixar aqui um alerta aos deputados. Eu não tenho capacidade nenhuma de orientar ninguém, mas o governo está dizendo que vai fazer reforma tributária de novo. Vai tirar dinheiro de quem? Por que não enfrenta um debate sobre ITCMD para tirar dinheiro dos bilionários?

Por que não enfrenta um debate para fazer com que quem tem mais pague mais? Tirar de pobre de novo? Dos remédios? De quem compra comida no supermercado? Nós precisamos parar de achar que o governo tem interesse em ajudar as pessoas.

Se tiver reforma tributária que vá prejudicar as pessoas, eu quero ver como esses deputados governistas vão se portar e aqueles que votam na palavra do governador também, porque está escrito na LDO: “Dependerão de resultados de projetos aprovados pela Assembleia Legislativa no que diz respeito à reforma tributária”.

O governo já mostrou a reforma tributária que quis fazer. Além de extinguir as empresas que não estão na reforma tributária quis mudar a desoneração, fazendo com que mais gente pagasse mais impostos. Eu estou falando isso por quê? Porque nós vamos aprovar o 46, mas eu de novo quero insistir: nós não podemos aprovar só esses dois.

A Assembleia não pode encaminhar só dois dos decretos. Nós já tivemos 23 que não tiveram encaminhamentos e nós não tivemos nem a oportunidade de discutir qual era o objeto dos decretos. O governador diz na imprensa, faz a propaganda, manda e por decurso de prazo vai aprovando.

Eu queria propor ao deputado Camarinha, por quem tenho um respeito muito grande, que a gente tivesse aqui um compromisso: que a Casa pautasse todos os decretos a partir de agora. Dois foram pautados. Que a gente não deixe nenhum sem pautar para fazer o debate político, para discutir os interesses e a importância que têm.

Até para a gente continuar colocando luz e dando transparência nesse debate que, na minha opinião, tem uma importância muito grande, principalmente porque nós ainda estamos numa pandemia.

Nós tivemos já mais de 430 mil óbitos. Daqui a pouco nós vamos chegar a 440, 450 e nós não temos ainda a vacina. O Brasil, infelizmente, vacina pouco e morre muita gente. Nós precisamos avançar nisso. Por isso quero deixar um apelo ao deputado Camarinha.

Primeiro, que o dinheiro que sobrou, 7,4 bilhões no superavit financeiro, que a Assembleia pudesse continuar insistindo num programa de auxílio emergencial para os mais pobres.

A gente fez esse debate - a deputada Janaina não participou. O deputado Camarinha, a deputada Maria Lúcia Amary, a deputada Analice Fernandes, vários deputados e deputadas preocupados com esse tema.

Que pudéssemos aproveitar para retomar esse debate, para apresentar uma proposta que pudesse ajudar os quatro milhões e 800 mil miseráveis da nossa sociedade no estado de São Paulo.

Isso seria uma contribuição muito grande, muito mais do que o projeto aprovado por esta Casa, o Bolsa do Povo. O Bolsa do Povo é o povo ainda sem dinheiro no bolso. Nós podíamos ter dado um exemplo para o Brasil. Exemplo que outros estados deram aprovando auxílio emergencial, dando uma contribuição importante para aqueles que mais precisam neste momento.

Por isso, quero fazer esse apelo ao líder Vinícius Camarinha, por quem eu tenho um respeito muito grande, já falei, que a gente pudesse retomar esse debate. Existem projetos tramitando, projetos de qualidade para que a gente aprove. E, por fim, a transparência na desoneração. Se pode mostrar agora, podia mostrar antes. Se pode divulgar o nome das empresas agora, podia divulgar antes.

Então, nós vamos continuar insistindo e espero que a Justiça dê favorável ao pleito apresentado por nós para que haja de fato transparência nas desonerações e que a gente possa avaliar se elas trouxeram algum tipo de benefício, quanto de recurso retornou e quem se beneficiou com as desonerações, que não são poucas. A gente está falando em três anos em mais de 193 bilhões de reais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência aos encaminhamentos, com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo com a anuência da líder do PT, nossa querida Professora Bebel.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, Sr. Presidente. Um bom dia a todas as Sras. Deputadas, aos Srs. Deputados. Inicialmente, quero agradecer a deputada líder da minha bancada, Professora Bebel, por me conceder esta oportunidade de encaminhar esse PDL 46, que a exemplo de todas as pessoas que me antecederam, nós sabemos exatamente qual é o espírito do governador João Doria.

Ele primeiro corta no Orçamento, corta recurso da Saúde, corta recurso das áreas sociais e depois apresenta um PDL aqui para dizer que está sendo muito bom, está sendo bom para a sociedade paulista e paulistana. Na verdade, não deixa de ser aquilo que nós já tanto batemos aqui na Assembleia, tanto falamos na tribuna dos cortes da Saúde.

E a deputada Professora Bebel lembrou com muita propriedade da famigerada Emenda nº 95, que congelou recursos da Saúde, da Educação e das demais áreas sociais por muitos anos, por 20 anos. Então, primeiro faz a maldade e depois faz de conta para se dizer que está realmente investindo na Saúde. Então, é importante que nós tenhamos muito claro isso.

Nós não somos contrários ao investimento na Saúde e ao investimento no social. Nós somos a favor. Agora, não podemos deixar de lembrar e de ressaltar aqui na tribuna essas questões, exatamente o que o governador tem feito em relação ao nosso estado, em relação a essas áreas sociais.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós vamos votar sim a favor desse PDL, mas é importante as pessoas saberem por que está sendo feito esse faz de conta aí do governador.

Então, nós queremos mais investimento na Saúde. Nós não queremos investimento na Comunicação, como sempre fez e sempre faz o governador João Doria.

Todo ano, na hora de aprovar o Orçamento, retira dinheiro da Habitação, retira dinheiro da Educação, retira dinheiro da Saúde, para quê? Para colocar na Propaganda, porque a Propaganda, o Marketing, é mais importante para o governador João Doria e nós não compactuamos com isso, não concordamos, não queremos esse tipo de

A sociedade precisa saber. A sociedade precisa entender quem é o governador e qual é o compromisso dele com as classes sociais, sobretudo aquelas que mais precisam, que é zero. A gente sabe disso e a gente tem denunciado isso na tribuna cada vez mais.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, para dizer que nesta Casa quando os projetos são de

autoria do governador o quórum é de 60, 70, 94 deputados, mas quando os projetos são dos nossos deputados e todos os deputados e deputadas aqui, infelizmente, o quórum não é suficiente para aprovar os projetos nossos.

Então, por que falo isso? Porque não é a primeira nem a segunda semana que o presidente e o Colégio de Líderes definem quais são os projetos que irão ser apreciados e votados na pauta, mas quando chega na hora do quórum não tem quórum suficiente para aprovar os projetos. Tem alguns colegas, deputados e deputadas, cujos projetos já se arrastam por muito tempo, e nós não temos condições de permanecer desse jeito.

É preciso que o governo, o presidente, os líderes, e aí é um apelo, quero fazer um apelo aqui a todas as deputadas e deputados, para que nós possamos limpar essa pauta. Amanhã, quarta-feira, se retomarão os projetos de deputados, estou vendo aqui a nome deputada, querida deputada Leci Brandão.

Eu, junto com ela e o deputado Maurici, nós somos autores do Projeto de lei nº 146, de 2020, que já se arrasta há muito tempo. Muitas vezes, ele não tem quórum suficiente.

É bom lembrar que já foi aprovado o mérito desse projeto. Não tem mais aquilo que é a essência dele, já foi aprovado numa discussão que infelizmente teve duas sessões que não teve quórum suficiente.

Mas já foi aprovado o mérito. Ele precisa apenas, apenas, de duas observações: primeiro, a retirada do Art. 2º, que é comum acordo entre mim, a deputada Leci Brandão e o deputado Maurici, a retirada do Art. 2º. E uma outra questão, que é meramente formal, é uma correção de palavras.

Então isso não interfere no mérito do Projeto de lei nº 146, que é de tal importância para esse momento tão difícil que nós passamos, que é a pandemia. As pessoas que moram nas suas comunidades e muitas vezes são expulsas sem sequer ter um processo de reintegração de posse ou de despejo, muitas vezes, porque eles são escorraçados das suas casas sem sequer ter o devido processo legal.

Então esse Projeto de lei tem esse espírito, o espírito de proteger. É um projeto humanitário, é um projeto social, é um projeto que teve a iniciativa da deputada Leci Brandão.

É bom lembrar: lá no Rio de Janeiro já e lei. É a Lei nº 9.020, de 2020, de autoria do nosso presidente da Alerj, lá, deputado André Ceciliano. E já foi de fato autorizada pelo governador, já foi sancionada pelo governador, e é lei no Rio de Janeiro.

Não é possível que o estado, o maior estado da federação, o estado de São Paulo, que tem tantas demandas desse cunho. E aí eu quero levantar a preocupação com algumas falas que nós vimos. Às vezes as pessoas falam que esse projeto tem como objetivo proteger invasão. Não é nada disso.

Esse projeto é um projeto de cunho humanitário, de cunho social, em que não é razoável que o estado, que a Justiça, faça cumprimento de ordens judiciais sem sequer ouvir, sem sequer ter a sensibilidade de que lá tem crianças, tem idosos, que muitas vezes sequer têm o que comer, sequer têm comida para por em sua mesa.

Nós sabemos que uma das vacinas mais importantes neste momento é a vacina contra a fome; que se alastre pelo Brasil. E nós estamos vendo a desigualdade que essa pandemia tem aumentado no nosso País e no nosso estado em especial.

Por isso, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós queremos pedir que amanhã à tarde esse projeto voltará à pauta. Peço aos colegas, às Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para que nós possamos aprovar.

Esperamos também que o governador sancione esse projeto, porque ele tem o espírito e o compromisso de ajudar as comunidades que tanto precisam de uma lei com essa sensibilidade social.

É àqueles colegas que pensam que nós somos defensores contrários à propriedade: nós somos contrários. A propriedade também é prevista na Constituição Federal, assim como a função social dela também. Então não é razoável que simplesmente, a despeito da propriedade, se faça injustiça.

Nós somos defensores da propriedade, mas da função social dela, principalmente, porque as pessoas que moram em comunidades e estão de forma vulnerável não merecem. E é possível perfeitamente que o estado não faça o cumprimento das ordens judiciais enquanto perdurar a pandemia, que é o que se sabe, e digo que infelizmente é o que podemos esperar, vai demorar ainda bastante.

Nós vimos também aqui nesta Casa que o governador, ao invés de ajudar a construir moradias através da CDHU, preferiu extinguir ela. Mais de 350 mil moradores e mutuaríios da CDHU ainda não quitaram o seu contrato. E o que o governador fez? Preferiu extinguir a CDHU. Eu apresentei requerimento para a CDHU, para saber quem é que vai cuidar, o secretário de Habitação, quem é que vai cuidar desse legado? Quem é que vai resolver as demandas, que são imensas, da CDHU?

Então, enquanto não se faz uma política, enquanto o secretário de Habitação e o governador do estado não têm uma política adequada, não tem uma política de melhorar, de construir moradias, e regularizar aquelas poucas que existem ainda irregular, ao contrário, prefere fazer cumprimento de ordens judiciais, muitas vezes administrativas, que nem sequer passou pelo devido processo legal pela ordem judicial.

Então sou a favor, e apoio o Movimento Despejo Zero, porque nós somos defensores da moradia digna, e com cidadania, porque isso dá dignidade para as pessoas, dá segurança jurídica, e dá a certeza de que as pessoas não serão expulsas de suas moradias, que construiram, ou ocuparam, que estão lá há muito tempo, por uma administração que não tem nenhum compromisso com a população.

Por isso amanhã teremos, se Deus quiser, esse projeto de volta à nossa pauta, e queremos, sim, o apoio de todas as deputadas e deputados, porque a essência dele já foi aprovada. Agora nós esperamos que possamos concluir essa votação, e eu peço aqui o apoio de todos os líderes e de todas as deputadas e deputados.

Já falei isso com a nossa líder, para que amanhã nós tenhamos a conclusão da aprovação desse projeto e, enfim, tenhamos ele sancionado, porque esperamos que o governador também tenha essa sensibilidade, porque nós estamos falando de algo que é muito importante num período tão difícil que nós estamos atravessando.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que ontem participei do primeiro congresso na luta contra a LGTBfobia. Completou-se aí já bastante tempo, e essa luta contra a LGTBfobia é uma luta de toda a sociedade, porque nós estamos falando de pessoas que têm direito, pessoas que têm a sua liberalidade, e pessoas que têm seus direitos humanos assegurados, e muitas vezes são discriminados.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para concluir, deputado.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Por isso quero concluir dizendo que a nossa luta é sempre em defesa de uma sociedade mais justa, mais igualitária, e sem injustiça social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Finalizados os encaminhamentos, houve o pedido da deputada Patrícia Bezerra, mas precisarei da anuência da líder, deputada Analice Fernandes. Está logada, mas não está presente. Então infelizmente eu não posso passar. Deputada Analice?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Sr. Presidente, bom dia. Eu retiro a inscrição, presidente, eu retiro a inscrição, para que nós possamos ir aos votos.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então está bom. A líder deputada Analice retira o encaminhamento que seria feito pela deputada Patrícia Bezerra. Então, agora, em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

E neste momento está aberto o prazo para solicitação de verificação de votação a ser feita no chat pelos Srs. Líderes.

Não havendo nenhum dos interessados em fazer a verificação, está aprovado o Item nº 2.

Esgotado o objeto da sessão, lembrando da sessão extraordinária já convocada por meio do “Diário Oficial” com a PEC nº 21, de 2019, às 15 horas.

Antes de levantar a sessão eu gostaria aqui de parabenizar a nossa Rainha do Samba, deputada Leci Brandão, que muito nos honrou no domingo, no Esporte Espetacular, naquela magnífica entrevista.

Leci, é uma honra para nós, realmente, você nos representando na questão da igualdade, da sua defesa incansável em favor dos menos favorecidos, dos direitos das mulheres. E você nos honrou muito. Parabéns, que você continue aí na sua causa, na sua defesa, honrando toda a nossa Casa, que é um orgulho para nós.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - PARA COMUNICAÇÃO - Que Deus o abençoe e também a todos os parlamentares aqui presentes. Muita saúde para todos. Eu fiquei até agora surpreendida com V. Exa., não esperava que houvesse essa observação. Mas para mim é muito importante, porque os senhores sabem que eu tenho aprendido muito nesta Casa, não é? Neste terceiro mandato muita gente aí tem me dado muita força. Inclusive estou vendo aqui o deputado Carlos Giannazi, que me convidou até para participar do seu trabalho musical. Muito obrigada, foi uma letra lindíssima, é uma música também.

Sempre recebi carinho aí de vários parlamentares. Como eu digo, independente de sigla, eu respeito muito as pessoas, e fico muito honrada de ter o reconhecimento desta Casa Parlamentar, afinal de contas é a maior Assembleia da América Latina.

Receber o reconhecimento de V. Exas. para mim é muito emocionante. Agradeço todos os dias a Deus por eu ter colegas companheiros, como vocês são de mim. Então, muito obrigada por tudo. Barba, vou mandar aquele presente para você, que eu falei que ia mandar.

Muito obrigada, presidente. Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Nós é que agradecemos a você, Leci, de estar no meio de nós, sempre aprendendo todos os dias, enobrecendo esta Casa, o nosso mandato, o estado de São Paulo e o nosso País. Você é uma honra para todos nós, Leci.

Está encerrada a nossa pauta. O deputado Giannazi também pediu pela ordem. Com a palavra o deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu queria saudar a nossa querida deputada Leci Brandão. Para nós é um privilégio tê-la ao nosso lado como uma grande deputada, uma das deputadas mais combativas do Brasil, e ao mesmo tempo uma das maiores cantoras. Ela faz parte já da história da música popular brasileira.

E dizer, Sr. Presidente, rapidamente pedir para que V. Exa. continue presidindo os trabalhos da Assembleia Legislativa. Vossa Excelência respeita os deputados, as intervenções, não fica cortando, não fica censurando, não fica colocando mordão em nossas falas. Parabéns pela condução dos trabalhos, deputado.

Continue sempre na Presidência.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Muito obrigado pelo carinho, deputado Giannazi, mas o nosso presidente é Carão Pignatari.

Está levantada a sessão, e às 15 horas abriremos nova sessão extraordinária. Fiquem com Deus.

\* \* \*

- Encerra-se a sessão às 11 horas e 46 minutos.

\* \* \*

## 18 DE MAIO DE 2021 31ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: WELLINGTON MOURA

### RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - WELLINGTON MOURA

Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão a PEC 21/19.

2 - EDMIR CHEDID

Discute a PEC 21/19.

3 - PATRICIA BEZERRA

Para comunicação, solicita ao presidente um minuto de silêncio pela morte de Bruno Covas. Lista os cargos ocupados pelo político. Diz ter sido o mesmo um grande líder. Considera que o mesmo poderia vir a ser governador do Estado e também presidente do País.

4 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Pede um minuto de silêncio pelo falecimento do prefeito Bruno Covas.

5 - PROFESSORA BEBEL LULA

Para questão de ordem, questiona o quórum para aprovação da matéria em discussão. Pergunta qual o número de votos necessário em cada um dos turnos para que a proposta seja aprovada.

6 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Informa que o quórum é de três quintos do número de deputados, o que dá 57 votantes.

7 - ESTEVAM GALVÃO

Para comunicação, cumprimenta a deputada Patrícia Bezerra pela homenagem prestada ao prefeito Bruno Covas. e o deputado Edmir Chedid pela iniciativa desta PEC. Esclarece que a mesma irá facilitar a vida do governo, dos deputados e também dos prefeitos.

8 - ENIO LULA TATTO

Para comunicação, lamenta a morte do prefeito Bruno Covas. Solidariza-se com sua família, em especial seu filho Tomás, e com o PSDB. Lembra a passagem de Bruno Covas por esta Casa, primeiro como assessor da bancada do PSDB e depois como deputado estadual. Diz ter tido a honra de participar com ele em uma das comissões deste Parlamento. Destaca as qualidades do político. Considera sua morte uma perda para a democracia. Ressalta sua tolerância, compreensão e a busca pelo entendimento sempre.

9 - JANAINA PASCHOAL

Discute a PEC 21/19.

10 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, informa ter apresentado moção de pesar pelo falecimento de Bruno Covas. Pede que seja votado o requerimento de urgência com rapidez, para que os deputados possam prestar homenagem ao ex-deputado e ex-prefeito. Ressalta a coragem de Bruno Covas diante da dor e do sofrimento.

11 - PROFESSORA BEBEL LULA

Discute a PEC 21/19.

12 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Discute a PEC 21/19.

13 - CARLOS GIANNAZI

Discute a PEC 21/19.

14 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Esclarece que o presidente Carão Pignatari não abandonou esta Casa. Ressalta que, para estes momentos de ausência, existem os vice-presidentes, que representam o presidente quando o mesmo não está presente.

15 - ENIO LULA TATTO

Discute a PEC 21/19.

16 - VINÍCIUS CAMARINHA

Discute a PEC 21/19.

17 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Encerra a discussão e coloca em votação a PEC 21/19, em primeiro turno.

18 - EMIDIO LULA DE SOUZA

Encaminha a votação da PEC 21/19, em nome do PT.

19 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Coloca em votação e declara aprovada a PEC 21/19, em primeiro turno. Informa que a deputada Janaina Paschoal solicita uma verificação de votação. Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema “Vota Alesp”.

20 - GILMACI SANTOS

Para questão de ordem, afirma que, para que a PEC seja aprovada, serão necessários 57 deputados votando. Questiona se será necessário ser os 57 deputados votando “sim” ou simplesmente votando.

21 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Informa que serão necessários 57 deputados votando “sim”. Informa a obstrução dos seguintes partidos ao processo de votação: PTB, PSL, Avante, PL, PT, MDB, Novo; PSOL; PSB; PSD; Republicanos; e PP. Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação da PEC 21/19, em primeiro turno. Convoca os Srs. Deputados para uma segunda sessão extraordinária, a ser realizada hoje, às 17 horas e 15 minutos. Lembra a realização da terceira sessão extraordinária, a realizar-se às 17 horas e 15 minutos de hoje. Encerra a sessão.

\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Wellington Moura.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e declara aberta a 31ª Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual.

\* \* \*

- Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Em discussão, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição 21, de 2019. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que têm interesse em discutir a matéria queiram se inscrever pelo chat. (Pausa.)

Deputado Edmir Chedid está inscrito, tem o tempo regimental de 15 minutos. Ligar o microfone. Está desligado. Estamos ouvindo, deputado. Boa tarde.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - SEM REVISÃO DO ORADOR - Alegria em vê-lo, Sr. Presidente, nobres deputadas e deputados aqui da Casa Legislativa, da Assembleia Legislativa, entristecido pela morte do nosso querido prefeito de São Paulo, Bruno Covas.

Deixar um abraço a todos seus amigos, nossos amigos, seus familiares, seu filho, principalmente. Um lutador determinado, pessoa que realmente já fez muito por São Paulo e merece nosso respeito.

Bom, senhores e senhoras, nós apresentamos essa emenda à Constituição com o intuito de desburocratizar todo esse processo das emendas impositivas. Nós que vínhamos lutando muito para termos as emendas impositivas para que o Executivo cumpra com o Legislativo os repasses aos municípios para investimentos mais localizados, fora daqueles programas que o governo já tem que atinge a todos, os deputados vão buscar, os prefeitos buscam os deputados, deputados buscam os prefeitos, as lideranças políticas da cidade para ver quais são as carências do município.

A emenda parlamentar é uma forma de a gente atender essas demandas das instituições, organizações sociais sem lucro, hospitais, Santa Casa, obras específicas do município.

E o governo federal, já em 2019, através de uma emenda à Constituição, modificou isso, a emenda parlamentar dos senhores deputados federais, dos senhores senadores da República para que não haja necessidade de convênio.

Então, nós fizemos uma emenda aqui, tentando aprimorar a nossa Constituição Estadual, propondo a inclusão do Art. 175-A, que diz o seguinte: “a Constituição Estadual possibilita as transferências diretas de recursos aos municípios.”

É uma transferência especial, ou seja, pode continuar sendo aquela que existe, hoje, através de convênio com objeto específico, ou o deputado, quando vai fazer a emenda ao final do ano, pode colocar lá: “olha, é para a Saúde, para o município tal”, e esse município depois vai definir o que é melhor para ele investir, e o Estado não precisa assinar o convênio.

O convênio, para as prefeituras, para quem não conhece, aqueles que nos assistem, nos veem, nos ouvem, os convênios que as prefeituras assinam com o Governo do Estado é um calhamaço de documentação, é uma burocracia que as prefeituras têm que buscar documentação.

O Estado demora para fazer essa análise, porque normalmente não tem processo para fazer essa análise constantemente. As emendas demoram para chegar o recurso, mesmo o Executivo querendo cumprir a legislação. Então, nós criamos essas emendas com transferência especial.

A PEC estabelece duas modalidades: a transferência de recursos para as emendas impositivas. 1 - Transferência especial quando o parlamentar encaminha recursos para a prefeitura sem destinação específica. É uma nova modalidade de transferência automática sem convênio.

O Estado vai publicar no Diário Oficial, vai fazer todo o trâmite legal, a prefeitura vai se inscrever no sistema do Governo do Estado, dizer para que serve, o que vai fazer com aqueles recursos destinados pelo governo.

E o Item 2 - A transferência com finalidade definida quando o parlamentar indica a emenda para uso determinado. Aí é uma transferência voluntária, da mesma forma que é feita atualmente, e aí pode exigir um convênio.

Essa PEC também, as pessoas ficam preocupadas: “puxa, mas isso não vai mais ter fiscalização?”. De modo algum. O governo federal já fez TCU, aprovou, o governo federal aprovou, o Ministério da Fazenda já editou normas suplementares para fazer o regramento, da mesma forma que o Governo do Estado deverá fazer, se a emenda for aprovada pelos nobres deputadas e deputados.

Essa PEC tem, estabelece regra. Eles não podem usar essa transferência de recurso para usar como se fosse receita. Não, continua do mesmo jeito, uma receita extraorçamentária, não vai repetir todos os anos. É vedada a utilização desse recurso para o pagamento de despesa com pessoal: salário, aposentadoria, pensão, encargos, dívida pública. É uma emenda para investimento.

No caso da transferência especial, 70% devem ser utilizados com despesa de capital para que a prefeitura possa realmente fazer investimento para chegar à população. Só 30% podem ser o custeio. Se o deputado quiser e deseja destinar 100% dos recursos para o custeio na área da Saúde, basta especificar lá custeio, e vai para custeio da Saúde.

Como vai ser feito isso? Olha, o Estado vai estabelecer com normas aquilo que ele deseja para ter segurança para repassar o recurso. Nós temos o Tribunal de Contas, que já faz a fiscalização severa nas contas das prefeituras municipais. Nós temos o Ministério Público mais atento do que nunca aos investimentos.

Cabe ao deputado fiscalizar as emendas, inclusive hoje a forma que está, verificar se está sendo bem empregados os recursos ou não, ainda termos a Câmara Municipal para fazer a fiscalização total do Executivo.

Então, não há o que se dizer que nós desejamos não ter transparência, quem fala isso, e fala isso porque talvez não conheça a legislação, não conheça os trâmites burocráticos. O que nós desejamos é desburocratizar.